

O DEBATE SOBRE O ABORTO NO BRASIL

Elza Berquó^(*)

Tânia Lago^(**)

O debate sobre a questão do aborto vem envolvendo grande parte da sociedade brasileira, como atestam os resultados de pesquisa recente (6/2003) da Comissão de Cidadania e Reprodução – CCR e IBOPE, que entrevistou 2000 pessoas em todo o país. De fato, 41% dos entrevistados declararam estar a par desta discussão. Este percentual é estatisticamente maior entre as mulheres (45%), entre as pessoas mais escolarizadas (48%) e entre aquelas com maior rendimento familiar (51%).

Outras características sócio-demográficas levadas em conta na pesquisa, como região de residência e morar ou não nas capitais, não afetaram os resultados.

Vale destacar que a religião não interferiu no interesse das pessoas pelo debate.

A pesquisa fez a todos os entrevistados a seguinte pergunta:

“O aborto só é permitido no Brasil, em dois casos: gravidez resultante de estupro e para salvar a vida da mulher. Na sua opinião, a lei:

- a) deveria ampliar a permissão para o aborto;
- b) deveria continuar como está;
- c) deveria proibir o aborto em qualquer caso;
- d) não tem opinião formada.”

^(*) Academia Brasileira de Ciências e Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp

^(**) Comissão de Cidadania e Reprodução - CCR

É animador o resultado de que 63% da população não querem que a lei retroceda a ponto de proibir o aborto em qualquer caso. Para aqueles que vêm acompanhando o debate, esta proporção é ainda maior, correspondendo a 69%, ou seja, praticamente, 7 em cada 10 dos entrevistados não concordam com o retrocesso. Mas mesmo para os que não acompanham o debate, 6 em cada 10, não concordam com a perda dos direitos já adquiridos pela sociedade.

Outros resultados importantes são que apenas 1.3% dos entrevistados não tinham opinião formada sobre o assunto e que 10% acham que a lei deveria ser ampliada para permitir o aborto em outras circunstâncias.

A escolaridade dos entrevistados foi a característica que mais influenciou a opinião sobre a questão do aborto. Entre os analfabetos e com primário incompleto foi de 45% a proporção contra um retrocesso na legislação. Esta proporção passa a 63%, 72% e 91%, respectivamente, para os que não chegaram a completar o ginásio, nem o colegial, e para os que chegaram ao curso superior.

Já a religião, não teve nenhuma influência.